

C.P.M. e SANTA CASA

PROCTOLOGIA

MEDICAL CENTER - RENASCENÇA

DR LAUANDE

CONSULTAS E COLONOSCOPIAS

3227-4332 / 3231-3216

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2026. O MUNICÍPIO DE ESPERANTINÓPOLIS, Estado do Maranhão, através da Secretaria Municipal de Educação, torna público e CONVIDA os interessados, para participarem da CHAMADA PUBLICA Nº 001/2026. BASE LEGAL: art. 14 da Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009 e Resoluções do FNDE relativas ao PNAE e Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações. OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar, às unidades da rede municipal de ensino do município de Esperantinópolis/MA. ENTREGA DOS ENVELOPES: de 03/02/2026 a 24/02/2026. ABERTURA DOS ENVELOPES: 25/02/2026 às 10:00 (dez) horas. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sala da Comissão de Licitação, na Rua Jefferson Moreira, nº126, Centro, Esperantinópolis – MA, horário de 08:00 às 12:00 horas. Esclarecimento adicional no mesmo endereço e através do E-mail: cplesperantinopolis@gmail.com. ou na página www.esperantinopolis.ma.gov.br. Esperantinópolis - MA, 26 de janeiro de 2025. Leiliana de Sousa Carneiro Secretária Municipal de Educação Portaria 008/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

A Prefeitura Municipal de Buriti, Estado do Maranhão, torna público para conhecimento dos interessados que realizará nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Licitação na Modalidade Pregão, a se processar de forma eletrônica, do tipo menor preço por item, objetivando o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de insumos agrícolas para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Buriti/MA. Abertura dia 12/02/2026, às 09h00min, Endereço Eletrônico: www.licitanet.com.br. O Edital encontra-se disponível para consulta ou retirado no endereço eletrônico www.licitanet.com.br, www.buriti.ma.gov.br e no Portal Nacional de Compras Públicas no endereço eletrônico www.gov.br/pncp, para obter demais informações através do e-mail contratatpmburiti@gmail.com ou na sala da comissão de contratação situada na Rua Felinto Pessoa, nº 1, Centro, Buriti/MA, no horário das 08h00min às 12h00min.

Buriti/MA, 29 de dezembro de 2026.

Giovana Colicchio Introvini
Secretária Municipal de Administração e Finanças



Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários no Estado do Maranhão
FUNDADO EM 03 DE ABRIL DE 1923
Reconhecido pelo Ministério do Trabalho - Registrado no Livro nº 12, Folha 92, em 14.01.1944.
Reconhecido de Utilidade Pública. Lei Municipal nº 2.221 de 17 de setembro de 1979.
Filado à CTS.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS NO ESTADO DO MARANHÃO – SITREMA, por seu presidente, infra-assinado, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA todos os trabalhadores das empresas Ciano Soluções Ambientais Ltda, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na garagem da respectiva empresa, no dia 31 de janeiro de 2026, às 06h em primeira convocação com 2/3 dos associados e às 8h30min em segunda e última convocação com 2/3 dos presentes, para deliberarem as seguintes ordens do dia:

A) aprovação da pauta de reivindicação, negociação e celebração do acordo coletivo de trabalho com a empresa acima citada para vigência de 1º de fevereiro de 2026 a 31 de janeiro de 2027;

B) aprovar o desconto da taxa negocial

C) bem como, buscar mediação prevista em Lei e, instaurar em caso de frustração das negociações, autorizar a diretoria a declarar ESTADO DE GREVE E DEFLAGRAÇÃO DE GREVE GERAL, nos termos da Lei 7.783 de 28 de junho de 1989.

São Luís - MA, 29 de janeiro de 2026

Marcelo Luis Alves Brito
Presidente / SITREMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA - ELETRÔNICA Nº 01/2026

A Prefeitura Municipal de Rosário – MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar n.º 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Concorrência - Eletrônica, do tipo Menor Preço Global, objetivando a Formação de Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na Construção de Prédios Públicos, visando atender necessidade da Secretaria municipal de Educação do município de Rosário/MA. A sessão será realizada através do Portal Licita Rosario, pelo endereço eletrônico <https://licitarosarioma.com.br/>, com data de abertura agendada para 23 de fevereiro de 2026 às 09:30. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal da Transparência do Município pelo endereço www.rosario.ma.gov.br, ou ainda pelo endereço Portal Licita Rosario, <https://licitarosarioma.com.br/> e ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Rosário - MA, 29 de janeiro de 2026.

Rickson Soares dos Santos
Agente de Contratação

Economistas analisam até onde a Selic pode cair após mudança do Copom

A decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de manter a taxa Selic em 15% trouxe menos surpresa pelo nível dos juros e mais pela mudança na comunicação do Banco Central. Pela primeira vez desde o início do ciclo restritivo, o Copom indicou de forma explícita que, caso o cenário-base se confirme, antevê iniciar o processo de flexibilização na próxima reunião, em março. A sinalização deslocou o foco do mercado, que passou a debater o ritmo, a magnitude e o piso do ciclo de cortes.

Para Roberto Simioni, economista-chefe da Blue3 Investimentos, a manutenção da Selic confirmou um cenário de prudência restritiva diante da persistência inflacionária e das incertezas fiscais. Segundo ele, a inflação de serviços continua sendo o principal obstáculo à desinflação sustentada, exigindo juros elevados por mais tempo, sobretudo em um ambiente de mercado de trabalho resiliente e hiato do produto estreito.

Ancord. Para ele, o Banco Central forneceu um forward guidance claro, ainda que fortemente condicionado, reconhecendo os efeitos da política monetária sem ignorar a resiliência do mercado de trabalho e a inflação de serviços. Segundo Natalie Vittal, economista-chefe da SulAmérica Investimentos, o comunicado foi mais dovish ao explicitar março como cenário-base para o início dos cortes. Ela avalia que o cenário implícito nas projeções do BC é compatível com um corte de 50 pontos-base, embora o Comitê tenha reforçado a necessidade de cautela quanto ao ritmo do ciclo. Para Lucas Constantino, estrategista-chefe da GCB Investimentos, o Copom manteve postura conservadora ao evitar compromissos automáticos com cortes

sucessivos, deixando a política monetária dependente da evolução dos dados e da convergência da inflação à meta; já Bruno Shahini, da Nomad, avalia que o mercado antecipou essa leitura, com a curva de juros passando a precificar majoritariamente um corte de 0,5 ponto em março, movimento que, somado ao fluxo estrangeiro, levou o Ibovespa a novo recorde; por sua vez, Bruno Perri, economista-chefe e sócio-fundador da Forum Investimentos, destaca que, apesar do início do ciclo de cortes, o piso da Selic deve permanecer elevado, com a taxa se encerrando entre 12% e 13% e mantendo caráter contracionista ao longo de 2026. Visão semelhante foi apresentada por Raphael Vieira, co-head de investimentos da Arton Advisors, ao avaliar que o

Banco Central busca equilibrar o espaço técnico para iniciar a flexibilização com a preservação da credibilidade do regime de metas em um ambiente ainda marcado por incertezas fiscais e cambiais. A leitura foi reforçada por Ariane Benedito, economista do PicPay, para quem o comunicado do Copom adota um tom dovish condicional, ancorado em prudência diante da persistência da inflação de serviços, da resiliência do mercado de trabalho e de um balanço de riscos ainda elevado, indicando que, se o cenário-base se confirmar, o ciclo de cortes pode começar em março, de forma gradual e condicionada à evolução da inflação, das expectativas, do câmbio e do cenário fiscal.

(COM INFORMAÇÕES DO BOLETIM NACIONAL)

Manutenção da Selic em 15% gera críticas de indústria, construção e sindicatos

A decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de manter a taxa Selic em 15% ao ano, anunciada na noite de quarta-feira (28), foi recebida com críticas por representantes da indústria, da construção civil e de centrais sindicais, que apontam efeitos negativos sobre o crescimento econômico, o crédito e o mercado de trabalho. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) avaliou que o nível atual dos juros impõe elevado custo à economia e não reflete a desaceleração recente da inflação, defendendo o início do ciclo de flexibilização monetária. A entidade destacou que o IPCA fechou 2025 em 4,26%, abaixo do teto da meta, enquanto projeções do Boletim Focus indicam inflação de 4% em 2026, com convergência gradual para 3%, apesar de a taxa real de juros permanecer em torno de 10,5% ao ano. A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) também alertou para restrições ao crédito imobiliário e impactos sobre investimentos, emprego e renda. As centrais sindicais reagiram de forma mais contundente, afirmando que a manutenção da Selic mantém o país entre os maiores juros reais do mundo e penaliza o consumo e o emprego, além de elevar o gasto público com a dívida. Já a Associação Comercial de São Paulo avaliou que a decisão reflete cautela diante de incertezas fiscais e externas. Apesar das críticas, o Copom manteve a taxa pela quinta vez consecutiva, em linha com a expectativa da maioria dos analistas, em um ambiente ainda marcado por inflação acima da meta e riscos no cenário econômico.

Brandão é eleito por unanimidade presidente do Consórcio Amazônia Legal

O Consórcio Amazônia Legal elegeu por unanimidade o governador do Maranhão, Carlos Brandão, para a presidência do colegiado, que reúne os nove estados da Amazônia Legal. A eleição marca um novo ciclo de articulação política e institucional do Consórcio, com foco no fortalecimento da cooperação entre os estados, no diálogo federativo

e na condução de agendas estratégicas voltadas ao desenvolvimento sustentável da região. À frente do Consórcio, Brandão deverá atuar na integração de políticas públicas, na atração de investimentos e na ampliação do diálogo com o governo federal e com a comunidade internacional, alinhando preservação ambiental, crescimento econômico e

inclusão social. “É uma honra muito grande ser escolhido presidente do Consórcio de Governadores da Amazônia Legal, por unanimidade. A gente já conhece bem o trabalho, participamos de três consórcios, e esse consórcio tem uma pauta muito importante e muito forte, que é a questão ambiental. Nós fizemos várias reuniões, inclusive participamos de um

evento muito grande, a nível mundial, que foi a COP30, em Belém. Isso nos deu uma experiência muito significativa, que faz com que a gente possa conduzir esse processo e trazer grandes conquistas para a Amazônia e para o Maranhão”, explicou Brandão. Além do Consórcio de Governadores da Amazônia Legal, o Maranhão integra o Consórcio Nordeste e o Consórcio Brasil Central.

Contas públicas fecham 2025 com déficit de R\$ 13 bilhões

O resultado das contas públicas em 2025 ficou dentro dos limites do arcabouço fiscal, apesar do déficit primário consolidado do governo central de R\$ 61,691 bilhões, segundo o Tesouro Nacional. Após as deduções previstas na legislação, o déficit considerado para fins de meta foi de R\$ 13 bilhões, equivalente a 0,1% do PIB, enquadrando-se na margem autorizada. A meta para o ano previa

resultado primário neutro, com tolerância de déficit de até 0,25 ponto percentual do PIB. No cálculo oficial, são exclídas despesas como precatórios, o que permitiu o cumprimento formal da regra fiscal. Em dezembro, as contas do governo central registraram superávit primário de R\$ 22,107 bilhões, embora o déficit anual sem deduções tenha alcançado 0,48% do PIB.

No acumulado de 2025, a arrecadação líquida somou R\$ 2,366 trilhões, com crescimento real de 2,8%, enquanto as despesas totais chegaram a R\$ 2,427 trilhões, alta real de 3,4%. O Tesouro Nacional registrou superávit de R\$ 256,337 bilhões no ano, ao passo que a Previdência Social apresentou déficit de R\$ 317,158 bilhões e o Banco Central, de R\$ 870 milhões.

As receitas com dividendos de estatais totalizaram R\$ 50,3 bilhões em 2025, abaixo do registrado no ano anterior, enquanto as receitas de concessões alcançaram R\$ 7,9 bilhões. Já os investimentos do governo federal somaram R\$ 84,255 bilhões no ano, queda real de 7,6% em relação a 2024, refletindo a desaceleração no ritmo de execução ao longo do exercício.

PF investiga atuação coordenada nas redes após liquidação do Banco Master

Foi autorizada a abertura de investigação criminal para apurar a existência de uma articulação digital voltada a questionar decisões de autoridades públicas após a liquidação extrajudicial do Banco Master. A apuração será conduzida pela Polícia Federal e tramitará no Supremo Tribunal Federal, no mesmo conjunto de procedimentos que reúne outros inquéritos relacionados à instituição financeira. A autorização partiu do ministro Dias Toffoli, relator das

investigações que envolvem suspeitas sobre a atuação do banco e de seu controlador, Daniel Vorcaro. Segundo informações encaminhadas pela PF ao STF, análises preliminares indicaram indícios de ações coordenadas nas redes sociais, com conteúdos direcionados contra o Banco Central e outras autoridades envolvidas no processo regulatório. De acordo com a PF, as publicações apresentariam padrões típicos de campanhas organizadas, como repetição

de narrativas, concentração temporal e uso de perfis sem histórico de atuação em temas do sistema financeiro. A investigação busca identificar a origem dos conteúdos, eventuais vínculos entre os responsáveis e possíveis mecanismos de financiamento. Antes da formalização do inquérito, a defesa de Vorcaro negou qualquer participação na produção ou disseminação do material investigado. A movimentação digital ganhou visibilidade no fim de 2025,

após a liquidação do Banco Master, decretada em 18 de novembro daquele ano. Estudo da Febraban apontou aumento abrupto de menções negativas e ataques institucionais em curto intervalo de tempo, com padrões compatíveis com mobilização coordenada. Paralelamente, seguem em curso investigações sobre suspeitas de gestão fraudulenta e uso de estruturas do mercado de capitais, envolvendo valores estimados em cerca de R\$ 5,7 bilhões.